

# ALGO DE NOVO NA AMÉRICA LATINA?\*

*Maria Lygia Quartim de Moraes<sup>1</sup>*

Dept<sup>o</sup> de Sociologia do IFCH da UNICAMP

## AS REVOLUÇÕES DOS ANOS 60 E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Immanuel Wallenstein, em artigo que recebeu o sugestivo nome de “O que significa ser anti-sistêmico hoje?”,<sup>2</sup> explica que cunhou a expressão “movimentos anti-sistêmicos” para caracterizar dois movimentos populares que, no período 1850/1970, competiam e se opunham em muitas dimensões mas, por outro lado, também compartilhavam de características comuns.

---

\* Trabalho apresentado no IV Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas, Bratislava 2004 /Julho 4-7. Os dados nele apresentados são frutos de pesquisa financiada pelo CNPq.

<sup>1</sup> Professora de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP e Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq.

<sup>2</sup> Immanuel Wallenstein, “Que significa hoy ser um movimiento anti-sistémico”. *In: Observatório Social de America Latina*,. Buenos Aires, CLACSO, janeiro de 2003, p. 179-84.

Esses dois movimentos eram os “movimentos sociais” (organizações sindicais e partidos políticos) e os “movimentos nacionais” (que viam no imperialismo e no colonialismo o inimigo principal, como no caso da Ásia). Ambos diziam-se revolucionários e pretendiam mudar o sistema capitalista. Ambos redundaram na criação de partidos políticos que foram perseguidos e, via de regra, colocaram na pauta a questão da tomada do poder, entendida como tomada do poder do Estado. Mas, uma vez no poder, suas atitudes e projetos mudaram. Quando mais permaneciam no topo, diz Wallenstein, mais postergavam o cumprimento de suas promessas. Na medida em que os quadros dirigentes destes partidos tornavam-se os quadros dirigentes do poder, suas posições sociais transformavam-se, como também mudavam suas psicologias individuais. Em outras palavras, tendiam a se transformar numa casta com mais poder e mais riqueza do que o resto do povo, como se tornou regra nos países do bloco soviético<sup>3</sup>.

A dificuldade de construir sociedades mais democráticas foi, com certeza, o grande problema enfrentado por todas as revoluções socialistas, não obstante estabelecessem políticas que ampliaram o acesso à educação e à saúde, diminuindo também as desigualdades sociais. Wallenstein prossegue em sua enumeração de movimentos anti-sistêmicos fazendo referência a um segundo tipo, que constituiu o ponto de partida de nossa caracterização de “movimento social” nos anos 60/70. Diz ele:

Una segunda y más duradera variedad de movimientos anti-sistémicos fueron los de la *New Left* (Nueva Izquierda) – los

---

<sup>3</sup> Id., *ibid.*

Verdes y otros movimientos ecológicos, los movimientos feministas, los movimientos de “minorías” raciales (...) Las características comunes eran básicamente dos. En primer lugar, rechazaban vigorosamente a los movimientos de la Vieja Izquierda, por su estrategia en dos etapas, por sus hiearquías internas (...). Y sospechaban profundamente de los estados y de las acciones orientadas a éstos.<sup>4</sup>

Entre os anos 60/70, a nova esquerda de que fala Wallenstein tinha uma forte representação entre os estudantes, que constituíam uma força política importante. Por isso é que, nessa época, ditaduras do mundo todo adotaram como uma de suas medidas iniciais invadir universidades, colocar na clandestinidade as centrais estudantis e prender professores e alunos. Isso quando não foram massacrados, como aconteceu no México e na Indonésia.

No Brasil, a juventude de esquerda também desempenhou um papel importante na crítica ao imobilismo dos partidos comunistas oficiais.<sup>5</sup> Nos anos 1960, a falta de liberdade política nos países socialistas e outras degenerescências já eram rechaçadas por muitos jovens, homens e mulheres, que aderiram à luta armada, precisamente egressos dos partidos de esquerda oficiais.

---

<sup>4</sup> Id.,p.182.

<sup>5</sup> No Brasil, as correntes políticas de direita e esquerda desenvolveram-se no interior da universidade pública brasileira, importante formadora da elite intelectual e profissional, que constituiu um monopólio quase completo do ensino universitário até os anos 70. A Universidade Católica, por sua vez, detinha a hegemonia entre as privadas. A luta entre direita e esquerda sempre foi muito forte nas faculdades de Direito, que constituíam uma espécie de escola formadora dos políticos paulistas e brasileiros. A esquerda, por sua vez, dividia-se grosso modo entre católicos e comunistas, que se enfrentavam especialmente na luta pela hegemonia das grandes centrais universitárias :as uniões estaduais e a união nacional dos estudantes.

Nos anos seguintes, a América Latina compartilharia da pesada herança do terrorismo de Estado, que se inicia no Brasil em 1964, irrompe brutalmente no Chile em 1973 e, em 1976, emerge também na Argentina, deixando um rastro de sangue e irreversíveis seqüelas sociais. A longa permanência da tutela militar, o assassinato e desaparecimento de oponentes políticos, a crise econômica internacional e as desastrosas políticas neoliberais foram processos comuns a essas nações, assim como a lenta (re)emergência da esquerda e dos movimentos sociais.

## DITADURAS E TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Mas não foi apenas entre os estudantes que a nova esquerda deitou raízes. Se analisarmos os países mais importantes do cone Sul, Argentina, Brasil e Chile, vamos constatar que, não obstante a transição para a democracia ter acontecido sob tutela militar, a presença ativa dos movimentos sociais criou novas alternativas políticas de reconstrução da esquerda. Processo no qual os movimentos liderados ou integrados majoritariamente por mulheres, quer na defesa dos direitos humanos, quer nas propostas feministas, constituíram um fato novo, cuja potencialidade ainda permanece viva nos dias de hoje.

Os movimentos em pauta na transição democrática podem ser compreendidos à luz das duas grandes matrizes teóricas da esquerda brasileira, a Teologia da Libertação e o marxismo que, por sua vez, apresenta diversas ramificações, sendo o Partido Comunista do Brasil<sup>6</sup> o maior partido existente no campo da esquerda comunista. A presen-

---

<sup>6</sup> Uma análise mais detalhada do tema encontra-se no livro *A Economia Política Brasileira em Questão: 1964-75* (escrito em parceria com Guido Mantega). São Paulo, Editora Aparte, 1978.

ça da esquerda católica, quer através dos movimentos sociais por ela liderados, quer através de intelectuais e personalidades, marcaria a fundação do Partido dos Trabalhadores. A esquerda não católica e não comunista, por sua vez, era composta por um mosaico de tendências, das quais poucas detinham uma formação teórica marxista e uma perspectiva de corte radical com o capitalismo.

A longa transição democrática conheceu um leque variado de iniciativas populares e políticas, que incluíram tanto um novo sindicalismo operário, que rompeu com o tradicional modelo do paternalismo estatal e da subordinação sindical, como também a emergência de movimentos sociais atuantes nas periferias e a organização de lideranças vinculadas ao trabalho da Igreja Católica (como os clubes de mães). Destas iniciativas também fazem parte o feminismo, os movimentos homossexuais e as organizações pelos direitos dos negros, alguns de feição identitária.

A defesa dos Direitos Humanos teve como destaque a luta dos familiares dos mortos e desaparecidos. No Brasil, a denúncia do terrorismo de Estado perpetrado pelas ditaduras militares contou com o apoio de advogados e de uma ativa imprensa alternativa, cuja ação imprimiu rapidez para a “transição, lenta e gradual” preconizada pelo estado-maior da ditadura. O movimento de redemocratização englobou e unificou todas estas lutas na fórmula “liberdades democráticas”, postergando para a democracia a resolução das divergências.

No período de transição da ditadura militar para a democracia, a união entre as esquerdas e os liberais efetivou-se em torno de um conjunto de reivindicações gerais, com respeito aos direitos humanos, liberdade sindical, liberdade de expressão e de organização sindical e

partidária – sob a já mencionada rubrica de “liberdades democráticas”. Porém, como em todo processo histórico, as diferenças entre representantes de interesses divergentes provocaram separações e individuações no seio da esquerda. Assim, parte dos comunistas, antes clandestinos, reagrupou-se na velha sigla comunista, enquanto outros preferiram permanecer no PMDB, que no sistema bipartidário imposto pela ditadura congregava as forças da oposição. Ao mesmo tempo, parlamentares do centro e da direita, antiga base política de apoio da ditadura, também criaram seus novos partidos, em função de ambições pessoais e de grupos.

Oficialmente fundado em 1978, o Partido dos Trabalho, mais conhecido pela sigla PT, reuniu ex-militantes da esquerda armada, remanescentes da nova esquerda que se opunham ao chamado “comunismo real”, intelectuais, profissionais liberais, lideranças sindicais e movimentos de base influenciados pela Teologia da Libertação, que até hoje congrega religiosos e religiosas com ativa participação entre os pobres e oprimidos (daí a existência da Pastoral da Terra, da Criança, do Imigrante, etc.). Os marxistas de origem trotskista – que sempre foram críticos com respeito a URRSS, China e Cuba –, utilizaram a imprensa alternativa, via o jornal *Em Tempo*, para se reunificarem e também atuarem dentro do novo partido. A presença dos ativistas da Teologia da Libertação tornar-se-ia notória nas lutas do campo, no Brasil como no México. Em nosso país, a extrema concentração da propriedade fundiária, somada à deterioração das condições de vida, originou em tempos mais recentes o Movimento dos Sem-Terra (MST), entre outros movimentos agrários, que foram somar-se aos movimentos urbanos e aos primeiros experimentos de democracia participativa.

A partir de sua fundação, em 1978, o PT obteve um crescimento m progressão quase geométrica. Em São Paulo, por muitas eleições, o partido nunca conseguiu mais do que 20 ou 30% dos votos, seu crescimento mais imediato deu-se no Rio Grande do Sul, onde primeiro elegeu prefeitos e governadores e propôs novas formas de gestão do Estado. Dessa maneira, estabeleceu um novo patamar de responsabilidade pública, com a melhoria da qualidade e da extensão dos serviços oferecidos, maior participação popular na definição dos gastos públicos e programas especiais para crianças, entre outras iniciativas, fazendo do Estado do Rio Grande do Sul e de sua capital, Porto Alegre, os locais de melhor qualidade de vida no Brasil. Não é pois de se estranhar que tenha sido aí que o Fórum Social Mundial se transformou em realidade.

No entanto, apesar a vitalidade dos movimentos anti-sistêmicos, a avaliação de seu impacto e das novas formas de manifestação internacionais tem sido recebida com reserva, senão com críticas, por intelectuais do campo da esquerda marxista, que ainda enxergam o movimento operário como motor das transformações sociais e desconfiam dos movimentos sociais atuais.

### **ELLEN MEIKSINS WOOD, PÓS-MODERNISMO E “MOVIMENTOS IDENTITÁRIOS”<sup>7</sup>**

Entre os muitos críticos dos movimentos sociais contemporâneos, escolhi a obra da marxista Ellen Meiksins Wood<sup>8</sup>, não somente

---

<sup>7</sup> Uma versão mais detalhada deste tema encontra-se no meu artigo *Pós-modernismo, marxismo e feminismo*, publicado na revista *Margem Esquerda* n.2 , Boitempo Editorial, 2003, p.95-111.

por sua inegável importância, mas também por dar continuidade à tradição das intelectuais teóricas do marxismo, iniciada com Rosa de Luxemburgo. Ambas destacaram-se pelo seu rigor teórico, com a diferença que Rosa de Luxemburgo, também militante do movimento socialista, escapou do teorismo e dos “tipos ideais” de socialismo presentes na obra de Ellen M. Wood.

Na sua crítica contundente ao pós-modernismo, Ellen Wood parte das temáticas prioritárias do pós-modernismo, destacando seu interesse por *linguagem, cultura e “discurso”*<sup>9</sup>. Segundo a autora, parte dos pós-modernistas considera que os seres humanos são constituídos pela linguagem; outros que as regras que constituem nossa vida social são governadas pela estrutura da linguagem. Nessa ótica, a sociedade não é simplesmente *semelhante* à língua. Ela *é* língua; e uma vez que todos nós somos dela cativos, nenhum padrão externo de verdade, nenhum referente externo para o conhecimento existe, para nós, fora dos “discursos” específicos em que vivemos<sup>10</sup>. Para Wood, o fio condutor “que perpassa todos esses princípios pós-modernos é a ênfase na natureza fragmentada do conhecimento humano”<sup>11</sup>. Quais as consequências teóricas e políticas de tais pressupostos? Segundo Ellen, “um ceticismo epistemológico e um derrotismo político profundos”.

---

<sup>8</sup> Ellen Meiksins Wood nasceu em Nova York em 1942. Por muitos anos professora de Ciência Política na Universidade de York, em Toronto, é autora de vários livros e editora da *Monthly Review*.

<sup>9</sup> Ellen Meiksins Wood, “O que é a agenda ‘pós-moderna?’”. In: Ellen M. Wood e Foster, *Em defesa da História - marxismo e pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997, p. 11.

<sup>10</sup> Id., *ibid.*, p.11.

<sup>11</sup> Id., *ibid.*, p.13.



As implicações políticas de tudo isso são bem claras: o *self* humano é tão fluido e fragmentado (o “sujeito descentrado”) e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma “identidade social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns.”<sup>12</sup>

Mas a crítica que a autora faz do pós-modernismo, com a qual tenho a maior concordância, não é acompanhada por igual rigor no que concerne às lutas sociais de nossos dias. Estas envolvem um conglomerado de movimentos, dos quais fazem parte milhões dos chamados “excluídos” e marginalizados, opostos ao pólo desenvolvido do capitalismo. São os milhões de sem-terra, sem-teto, sem escola, os milhões de desempregados que vegetam no setor de “serviços”, os milhões de imigrantes clandestinos, filhos do aumento indecente da desigualdade social.

Identificar os movimentos sociais de nossos dias às proposições do pós-modernismo implica esquecer a importância, na América Latina e na maior parte do mundo, dos componentes não capitalistas das revoltas sociais que, contraditoriamente, se acirram com o próprio desenvolvimento capitalista, com o aumento da mais-valia relativa, isto é, com o aumento da produtividade do trabalho e o crescente desemprego.

Convém lembrar, da mesma forma, que aplicar ao feminismo a denominação de movimento “identitário” (e portanto ligado ao pós-modernismo), uma asserção constante nos trabalhos de Ellen Wood, implica em fazer tabula rasa de toda uma tradição marxista e socialista

---

<sup>12</sup> Id., *ibid.*, p.13.

do feminismo contemporâneo, de Clara Zetkin e Alexandra Kollontai a Juliet Mitchel e Sheila Rowbotham. Segundo Wood,

Embora o capitalismo possa usar e faça uso ideológico e econômico da opressão de gênero, essa opressão não tem um *status* privilegiado na estrutura do capitalismo. Ele poderia sobreviver à erradicação de todas as opressões específicas das mulheres, na condição de mulheres - embora não pudesse, por definição, sobreviver à erradicação da exploração de classe. Isso não quer dizer que o capitalismo tenha passado a considerar a liberação da mulher ...<sup>13</sup>

O primeiro argumento de Ellen é que o capitalismo, forma de extração puramente econômica da mais-valia, diferentemente dos demais modos históricos de apropriação dos frutos do trabalho, prescindindo de outras formas de extorsão. A consequência desse raciocínio é que a autora ignora a variedade das formas de opressão. Afinal, se Marx nos dá o modelo abstrato do desenvolvimento capitalista, na dura realidade prática, o capital tira lucro como pode e quando pode. Se os capitalistas puderem pagar menores salários para mulheres e negros, aproveitando-se do sexismo e do racismo, porque deixariam de fazê-lo? Se puderem diminuir os custos de reprodução da força de trabalho, aproveitando-se da dupla jornada das mulheres, por que investir em creches e equipamentos coletivos que minorem os trabalhos domésticos?

De fato, as mulheres constituem hoje parcela importante da força de trabalho explorada pelo capitalismo, que se aproveita do sexismo para aumentar a extração da mais valia, pagando-lhes salários mais baixos. Milhões de trabalhadoras, em várias partes do mundo, também

---

<sup>13</sup> Id., *ibid.*, p. 232.

conhecem a dupla face da opressão de classe e gênero, na esfera privada e na pública. São os homens os suportes da dominação de gênero e também são os homens os grandes detentores das riquezas materiais. O capital, teoricamente, pode até prescindir do sexismo mas, no cotidiano, as opressões de classe e de gênero se mesclam. Por isso, uma das mais fortes e permanentes bandeiras do feminismo é o fim da “dupla jornada” de trabalho<sup>14</sup>.

Na verdade, como mostra Marx no terceiro livro de *O capital*, quando analisa as classes sociais no campo e a divisão das riquezas, o capitalismo teoricamente também deveria acabar com a renda da terra para diminuir os custos dos “bens salários”. Mas a “objetividade do modelo” não é igual à do capitalista em carne e osso, cujo maior pavor é tocar no sagrado direito da propriedade. É por isso que as classes dominantes estarão sempre unidas para defender intransigentemente a propriedade privada.

A esmagadora maioria da população é constituída por expropriados dos meios de produção, obrigados a vender sua força de trabalho no mercado. Frente à proletarização da sociedade e ao aumento da produtividade do trabalho, acirra-se também a competição entre os diferentes segmentos da força-de-trabalho. Como comprovam os dados, o incremento da participação da mulher no mercado de trabalho tem pressiona-

---

<sup>14</sup> O livro de Claude Meillasoux, *Femmes, greniers et capitaux*, muito citado pelas brasileiras exiladas na França é um exemplo da utilização criativa do marxismo e uma original tentativa de pensar um “modo de produção doméstico, enquanto que o artigo de Wally Secombe, publicado na *New Left Review*, nº 83, “House wife under Capitalism”, integra o custo do trabalho doméstico/familiar nos custos de reprodução da força-de-trabalho. Esses trabalhos inspiraram feministas não na Europa mas também na América Latina dada a presença de exiladas em Paris.

do os salários para baixo. Aos poucos, o contingente feminino vai ocupando postos antes reservados aos homens. O capitalismo cria inexoravelmente uma força de trabalho excedente e este é um dos melhores instrumentos de sujeição da mão de obra. Ao ignorar a especificidade do contingente feminino dentro da força de trabalho mundial, Ellen demonstra ter uma visão abstrata da “classe operária” e de sua dinâmica de transformação. O que significa, nessas condições, afirmar que o capitalismo pode resolver a questão de gênero, mas não a de classe, quando a esmagadora maioria das mulheres sofre de ambas as opressões?

Outra dimensão do problema diz respeito ao anticapitalismo do feminismo marxista. Se as feministas em geral defendem o fim dos “fundamentalismos”, as feministas socialistas e comunistas também são contra o fundamentalismo do Mercado e do Capital. Como observa a militante argentina Alda Facio, o feminismo concerne especificamente às relações de gênero. Nesse sentido, existem feministas de direita ou pouco preocupadas com a luta de classes, mas elas constituem uma minoria dentro dos movimentos de mulheres latino-americanas:

No estoy planteando que no pueda haber mujeres que se sientan o se definan como feministas y que también sean de derecha o de centro o de lo que sea. Es más, posiblemente haya muchas mujeres de derecha que en su vida personal sean más feministas que muchas de nosotras. Mujeres que hayan trabajado el sexismo interiorizado con más ahínco y determinación. Y esto es una parte importantísima de ser feminista. Sin embargo, ser feminista a nivel individual no es lo mismo que ser parte de un movimiento. Las feministas podemos estar en todos lados: en el Estado, en las agencias de cooperación, en la ONU, en las ONGs, y hasta en movimientos religiosos, artísticos, o que luchan contra otras formas de discriminación e intolerancia. Pero sostengo que el mo-

vimiento feminista, como tal, tiene que ser progresista, es decir, de izquierda, como lo fue desde sus inicios y en sus distintas etapas, de lo contrario tiene poco que ofrecerle a la gran mayoría de las mujeres que siguen siendo pobres.<sup>15</sup>

No interior dos diferentes “movimentos identitários” existem divisões, tensões e lutas pela hegemonia. Os movimentos de mulheres não fogem à regra e, com isso, podem estar mais ou menos integrados ao sistema capitalista. Em alguns países, como o Brasil, ainda são predominantemente anti-capitalistas. Meu argumento é que Ellen Wood tem uma visão economicista da política e, também, geograficamente auto-centrada. Toma o feminismo liberal americano como se fosse “o” feminismo, ignorando a realidade europeia e, especialmente, a latino-americana.

O segundo aspecto, consequência do anterior, é subestimar a dimensão anti-sistêmica dos movimentos sociais. As críticas de Ellen revelam um profundo distanciamento das questões postuladas pelas lutas anti-sistêmicas contemporâneas. Ignora que movimentos “identitários” possam ser radicalmente pela luta de classes e, por outro lado, rechaça também a noção da “experiência” como fundamental para a compreensão do crescimento dos movimentos sociais. Pois as lutas sociais assumem formas distintas e têm diferentes fôlegos. Os partidos e sindicatos ainda são peças importantes, mas os movimentos sociais são canais fortes de intervenção no social e de pressão, não obstante a diversidade de suas demandas.

---

<sup>15</sup> Alda Facio, “Globalización y feminismo” (17 de agosto de 2001). Tema del IX Encuentro Feminista, Costa Rica, 2002. Red Informativa de Mujeres de Argentina (RIMA) [http://www.rimaweb.com.ar/feminismos/alda\\_facio\\_globalizacion.html](http://www.rimaweb.com.ar/feminismos/alda_facio_globalizacion.html).

Subestimando o papel dos movimentos “identitários”, Ellen perde de vista a luta de classes em sua dinâmica. Suas considerações desqualificam movimentos como o das *Mães da Praça de Maio*, iniciado com algumas mulheres obstinadas na busca de seus filhos e filhas seqüestrados pela ditadura militar Argentina, que é hoje internacionalmente conhecido e respeitado, extremamente ativo na vida política argentina, mantendo uma orientação declaradamente revolucionária e anti-capitalista. A revisão da história “dos vencidos” na Argentina faz parte do movimento social contrário à política neoliberal. A conscientização se faz por várias facetas, ignorar qualquer uma delas é incorrer o risco de um dogmatismo estéril, porque distanciado das questões da atualidade em função de um “ideal” socialista.

Assim, os textos de Ellen Wood revelam o intelectualismo da autora, que termina por não distinguir a prática teórica pós-modernista (com seu relativismo cultural e niilismo político) da prática militante dos movimentos sociais. Isso porque reduz as lutas sociais às lutas de classe; tem uma visão estereotipada do que seja a classe operária, permanecendo fiel a uma representação da classe operária - masculina e branca - completamente superada no centro e na periferia do capitalismo. O belo modelo teórico de Ellen não dá conta da complexidade do real. Permanece no Olimpo das verdades universais. As críticas que faz ao marxismo ocidental, ao afirmar que talvez o *sabor particular do marxismo ocidental e de seus sucessores não seja resultado apenas do fato negativo de sua separação da política operária, mas também de sua tendência a preencher o vácuo, substituindo a luta de classes pela atividade intelectual*<sup>16</sup> aplicam-se como uma luva ao seu próprio teoricismo e afastamento da luta de classes.

---

<sup>16</sup> Ellen M. Wood, *Democracia contra capitalismo*, op. cit., p. 20.

Na sua “Em defesa de história”, Ellen Wood acaba sendo superada pela história real. Tão preocupada está na rejeição ao pós-modernismo, que se descuida de aprofundar as conseqüências do neoliberalismo com respeito à desestruturação do mercado de trabalho e dos resquícios do estado de bem estar, para nos fixarmos em algumas conseqüências sociais das políticas impostas pelo FMI e pela hegemonia norte-americana. Mas como os fatos são teimosos, a melhor comprovação dos limites de sua análise sobre os “novos” movimentos sociais é que seu livro, publicado nos EUA em 1997, não soube prever o vigoroso movimento social anti-globalização que despontaria um ano depois, sem falar de sua augusta ignorância com respeito aos movimentos sociais da América Latina<sup>17</sup>.

## **AS HERANÇAS MALDITAS: TERRORISMO DE ESTADO E NEOLIBERALISMO**

En el año 2002, el número de latinoamericanos que vive en la pobreza alcanzó los 220 millones de personas, de los cuales 95 millones son indigentes, lo que representa el 43,4 % y 18,8% de la población respectivamente. Éstas son estimaciones presentadas hoy por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) en un adelanto del Panorama social de América Latina 2002-2003<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Immanuel Wallenstein, op. cit., p.183.

<sup>18</sup> El proceso de superación de la pobreza se estancó durante los últimos cinco años, con tasas de pobreza e indigencia que se han mantenido prácticamente constantes desde 1997.

A pauperização crescente na América Latina, o achatamento das classes médias e o aumento das desigualdades sociais constituem os fatores estruturais da nossa crise. Ademais, trata-se de países com uma relação de muita proximidade e dependência com os Estados Unidos, como é o caso do México que, junto com Israel e Egito, absorve grande parte da ajuda externa norte-americana. Proximidade esta com outras implicações, como a compra, por parte do “Big Brother”, de cerca de 85% das exportações mexicanas e pela construção de gigantesca cerca (entre outras medidas) na fronteira, para impedir a entrada nos EUA de milhares de latino-americanos desesperados em busca de trabalho.

Os estragos econômicos provocados pela adoção de políticas neoliberais conduziram, na maior parte dos países da América Latina, a crises sociais sem precedentes, transformando radicalmente países que já estiveram entre os mais ricos do mundo. Basta lembrar que, em 1912, o PIB da Argentina superava o da Itália, França e Japão e correspondia à metade do PIB latino americano. A cidade de Buenos Aires tinha mais teatros do que Paris, era o maior cinturão industrial da América Latina e um centro de excelência acadêmica, atraindo estudantes de todo o cone sul<sup>19</sup>. Em algumas décadas, a prospera e orgulhosa Argentina despencou do primeiro para o terceiro mundo, chegando no final de 2004 com mais de 17% da força de trabalho desempregada e 54% da população vivendo na pobreza.

O caso argentino, com suas raízes na profunda crise moral e política aberta com as sucessivas ditaduras militares, constitui o mais

---

<sup>19</sup> Ariel Palacios Argentina, do Primeiro Mundo à destruição in *O Estado de São Paulo*, 91/12/2002; B6.



dramático exemplo dos dilemas enfrentados pelos latino-americanos. Magistralmente descritas por Silvia Bleichmar no livro “Dolor País”, as terríveis conseqüências da adesão incondicional da Argentina de Carlos Menen ao receituário neoliberal foram mascaradas pelo discurso oficioso como “crescimento” da “confiança externa no país”, segundo os critérios do FMI, claro. Não é de se estranhar, assim, as amplas manifestações populares para o não pagamento da dívida externa

As ditaduras militares instauraram medo, arbítrio, impunidade, mas não só. Também gestaram uma ordem “democrática” na qual os interesses populares foram submersos por um discurso de retórica economicista. Uma música de sucesso dos 1980 já prenunciava, em tom de galhofa, “a gente somos inúteis”: a gente tem título (de eleitor) e não pode votar, a gente escreve e não consegue publicar, a gente tem filhos e não pode educar, a gente tem dívidas e não consegue pagar”.

Pois se as ditaduras militares representaram o entrave da América Latina na passagem dos anos 60 para os 80, foi na década dos 90 que ocorreu a grande capitulação frente às políticas neoliberais, executada por governos que tinham sido eleitos pela oposição democrática. Com exceção do Chile, onde a privatização e a abertura da economia constituíram a política econômica dos asseclas de Pinochet, para apagar do país toda e qualquer lembrança do socialismo de Salvador Allende, nos outros países foram governos eleitos democraticamente os grandes responsáveis pelas desastrosas políticas neoliberais que empobreceram os latino-americanos.

No Brasil, foi ao longo dos dois mandatos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que o patrimônio das empresas públicas foi dilapidado, com privatizações mais do que vantajosas para o

capital estrangeiro. Mas, talvez, uma das mais nefastas feridas provocadas pela imposição dos interesses econômicos dos Estados Unidos não seja econômica, mas resida na sensação de impotência e de humilhação ter-se tornado uma forma de identidade nacional. A submissão à hegemonia norte-americana, via FMI, traduz-se no pagamento de uma dívida externa exorbitante. Hoje, para a maior parte da América Latina, o problema da dívida é crucial e seu enfrentamento depende de uma vontade política que os governantes, com exceção da falida Argentina, não têm conseguido demonstrar.

O desemprego crescente, fruto das políticas recessivas neoliberais, debilitou sobremaneira os sindicatos e outros movimentos de trabalhadores urbanos, enquanto os funcionários públicos das áreas da saúde e educação viram seus salários corroídos. As instituições públicas perderem qualidade, criando uma radical separação entre seus serviços, de pior qualidade, para os pobres, e a educação e saúde privadas para os ricos. É interessante observar como, a partir do final dos anos 90 e começo dos anos 2000, as greves e manifestações de funcionários públicos aumentaram em todos os países da América Latina, enquanto o movimento operário perdia força diante dos patrões.

## **IMPASSES E PERSPECTIVAS**

À medida que as ditaduras militares perdiam força e as correntes políticas opositoras conquistavam parcelas do poder de Estado, parte dos movimentos sociais passou a integrar o poder, na forma de conselhos, como dos direitos da mulher, empregos públicos e na ins-

titucionalização das chamadas organizações não-governamentais (ONGs). A proliferação dessa forma de atuação, que também se transformou em atividade remunerada e empregos para profissionais liberais e militantes, criou uma influente rede de “trabalhadores da área social” financiados por agências estrangeiras e doadores nacionais, como sucede com as grandes fundações. Tal é o caso das fundações Abrinq e Ayrton Senna, modelos da nova filantropia brasileira.

Mas ao lado dessas correntes filantrópicas laicas e religiosas, também cresceram os movimentos com propósitos nacionalistas, contrários às privatizações, e de influência camponesa. No Brasil, o já citado MST, mas também os movimentos camponeses no Paraguai<sup>20</sup>, Peru, Bolívia e Equador, todos com e as plataformas de luta anti-privatização. Conforme observa o uruguaio Raúl Zilebech<sup>21</sup>, foi a mobilização social que depôs presidentes no Equador e na Argentina e regimes corruptos e o terrorismo de Estado no Perú e na Venezuela.

Neste artigo, Zilebech<sup>22</sup> aponta as novas características dos movimentos sociais, que enfrentam um extraordinário aumento da produtividade do trabalho, da concentração e acumulação de capital, bem como a obsolescência veloz da força de trabalho menos qualificada. Os movimentos zapatistas, sem-terra e outros, não só herdaram uma mesma herança política (Teologia da Libertação, insurgência indígena

---

<sup>20</sup> Marielle Palau. Luchas sociales obligan a retroceder al gobierno y detienen el proceso de privatización. Observatorio Social de América Latina. Año III n.º8, septiembre 2002

<sup>21</sup> Raúl Zilebech. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos.. OSAL. Observatorio Social de América Latina. Año IV n.º 10, enero-abril 2003.

<sup>22</sup> Id.,ib.,p.185:

e guevarismo) como também, fruto dessa convergência, apresentam uma característica comum: “la territorialización”...

O que está em jogo não é meramente um objetivo único (a posse da terra), mas o projeto de uma nova sociabilidade, daí a importância que dão aos processos educativos e pedagógicos. O autor fala com entusiasmo da recusa desses novos movimentos, assim como já acontecera com as feministas, das formas hierarquizadas de militância política, e a importância da organização comunal, como foi o caso na Bolívia e no Equador, acentuando a importância dessa novidade.

De todas las características mencionadas, las nuevas territorialidad son el rasgo diferenciados más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica. A diferencia del viejo movimiento obrero y campesino (en el que estaban subsumidos los indios), los actuales movimientos están promoviendo un nuevo patrones de organización del espacio geográfico, donde surgen nuevas prácticas y relaciones sociales (...). La tierra no se considera sólo como un medio de producción, superando una concepción estrechamente economicista. El territorio es el espacio en el que se construye colectivamente una nueva organización social, donde los nuevos sujetos se instituyen su espacio, apropiándolo-selo material y simbólicamente.

Sem desconsiderar a importância de tais movimentos, cabem algumas ponderações. Primeiro, o que o autor chama de *territorialização* tem sido a marca constante dos movimentos camponeses ao longo da história, e não apenas da última década. Segundo, existe uma diferença muito grande entre os movimentos étnicos (das populações nativas camponesas que constituem a massa dos explorados, como no Peru, Equador e Bolívia) e os movimentos de camponeses e trabalha-

dores rurais que estão lutando por terra. Boa parte dos “sem-terra” constitui-se de “sem-trabalho”, desempregados rurais e urbanos. Muitos, devido à concentração de atividades em agricultura de exportação de alta concentração de capital, já haviam se tornado há décadas assalariados do campo. Na sua esmagadora maioria, a população concentra-se hoje em torno a cidades ou vilarejos, que a energia elétrica vai ligando à televisão com seus universos culturais alternativos.

Há, portanto, um limite ao conceito de *territorialização*, a começar pela sua própria definição. Ademais, a inventividade e a resistência de todos esses movimentos sociais não modificam o fato de que há uma enorme diferença entre o significado de “território” para determinado grupo étnico, que nele vê suas raízes culturais, e para um acampamento do MST, que ocupou uma fazenda considerada improdutiva, muitas vezes distante do local de origem dos acampados.

Pesquisas realizadas nos acampamentos do MST comprovam, por exemplo, um problema no que concerne às perspectivas dos jovens: apesar do romantismo de alguns autores que tratam sobre o tema, a vida cotidiana é difícil e o problema da continuidade dos estudos leva muitas moças a verem no casamento (com alguém da cidade) sua única opção de uma vida melhor. Diferentemente de algumas populações indígenas mais arraigadas a seus costumes, para muitos “sem-terra” permanecer no campo, nas atuais condições, constitui muito mais uma imposição (por falta de opção) do que uma escolha.

E mesmo para os movimentos étnicos tribais, cabe questionar quais são as reais alternativas, uma vez que, no caso do Brasil, são poucas as tribos que gozam de boas condições de vida, mesmo quando em posse do território após a demarcação das reservas.

Nessas condições, as perspectivas dos movimentos étnicos tribais qual seria? Permanecer na semimiséria de sua agricultura? E, no caso do movimento dos sem-terra, no Brasil, reproduzir uma vida de poucas opções, longe dos centros urbanos ?

A criação do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2001, reunindo milhares de pessoas, levou Wallenstein a observar que a originalidade deste movimento reside no fato reunir todos os tipos precedentes de movimento anti-sistêmicos. O que inclui não somente a “Velha” e “Nova” Esquerda, como o conjunto de movimentos tão desvalorizados por um certo tipo de marxismo representando em Ellen M. Wood, como o feminismo, os verdes, os movimentos étnicos, os grupos de direitos humanos e ONGs, entre outros.

Numa perspectiva otimista, muitos saúdam sua força de oposição ao império norte-americano, partindo do que seriam pontos comuns a todos os movimentos nele congregados: a luta contra os males sociais originados pelo neo-liberalismo e o respeito comum pelas prioridades de cada uma das categorias envolvidas. Outro aspecto ressaltado é o retorno à fraternidade entre os movimentos do Norte e do Sul do hemisfério. Mas convém lembrar que o Fórum, por mais abrangente que seja, não está isento de tensões políticas e lutas pela hegemonia. O movimento zapatista não pode participar, assim como as FARC. A preponderância (e ingerência) do PT foi especialmente forte na última edição brasileira. Tampouco se pode esquecer a hegemonia da igreja católica, que tem um papel progressista em uma série de questões, mas é conservadora com respeito à sexualidade, direitos reprodutivos e casamento.

Assim, resta o fato de que a experiência mais universal da América Latina seja o medo gerado por séculos de dominação violenta. O medo das vítimas dos colonizadores europeus, dos padres católicos, dos senhores de escravos, dos patrões, da polícia corrupta e brutal, dos juizes mancomunados com os patrões e, mais recentemente, o medo da repressão política. Se o sentimento da internacionalização dos protestos é uma marca dos anos 60, sob a luz da revolução cubana e da resistência vietnamita, o estabelecimento da Operação Condor marcou essa internacionalização com sinal trocado.

Outra dimensão complicada da atual conjuntura mundial é a hegemonia norte-americana, que se aprofunda num momento de fragilidade de sua economia e transforma a garantia de novos mercados numa necessidade imperiosa. A oposição entre a proposta americana da AICA e a insistência brasileira no MERCOSUL constitui um dos indicadores da complexidade da situação. O Mercosul, na prática e como símbolo, constitui uma tentativa de superação à enorme subordinação econômica aos EUA. A privatização e a desnacionalização das principais riquezas foi comum toda a América Latina, mas com ritmo e conseqüências diferentes. Ora, na medida em que permanecem em vigor as políticas recessivas do FMI e a permanente sangria pelo pagamento de dívidas externas, o projeto do Mercosul se enfraquece.

Na verdade, o impasse da América Latina é em parte devido à incapacidade dos governos, mesmo eleitos com apoio e programas populares, de enfrentarem os ditames do FMI. Lucio Gutierrez, no Equador, exemplifica bem essa ausência de um programa e de uma intenção política de superação do neoliberalismo, apesar de contar com o forte apoio do movimento indígena e ter feito compromissos eleitorais

neste sentido. Situação que se repete, guardadas as diferenças, no Brasil e na Bolívia.

Mas, como assinala o escritor Eduardo Galeano, a propósito da falência do modelo de desenvolvimento aplicado na América Latina: “Nada é eterno. Estamos começando a sentir um movimento. Não sabemos onde vamos, mas algo novo está nascendo.”<sup>23</sup>

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. *O fim da História: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.
- BORÓN, Atilio. El marxismo y la filosofía política, *Crítica Marxista* 13, outubro de 2001, p.69-94.
- FACIO, Alda. Globalización y Feminismo Tema del IX Encuentro Feminista. Costa Rica 2002. por Alda Facio 17 de agosto de 2001 RIMA: Red Informativa de Mujeres de Argentina. URL:[http://www.rimaweb.com.ar/feminismos/alda\\_facio\\_globalizacion.html](http://www.rimaweb.com.ar/feminismos/alda_facio_globalizacion.html).
- GENTILI, P. e SADER, E. (org.) *Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Paz e Terra.1995.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. *Margem Esquerda* n.2, Boitempo Editorial, 2003, p.95-111.
- SOPER, Kate. “De Beauvoir and Modern Feminism” *New Left Review* 156, march-avril 1986.
- PALAU, Marielle Palau. Luchas sociales obligan a retroceder al gobierno y detienen el proceso de privatización. OSAL, septiembre 2002

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida ao jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 28/12/2003, p.37.



- TARDUCCI, Mónica. ? Posmodernismo o posfeminismo? Una reflexión desde la antropología in *La Producción Oculta. Mujer y antropología, III Congreso Argentino de Antropología Social*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, p.229.
- WALLENSTEIN, Immanuel Que significa hoy ser un movimiento anti-sistémico” *Observatório Social de America Latina*. Buenos Aires, enero de 2003, p.179-84.
- WOOD, Ellem Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação so materialismo histórico*. São Paulo: Editoras Boitempo, 2003.
- e FOSTER *Em Defesa da História. Marxismo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 1997
- ZILEBECH, Raúl. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. OSAL. Obervatorio Social de América Latina. Anõ IV n.º 10, enero-abril 2003.



À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH  
**SETOR DE PUBLICAÇÕES**

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603

Telefax 0XX (19) 3788.1589

<http://www.ifch.unicamp.br/pub>

[morewa@unicamp.br](mailto:morewa@unicamp.br)

NOME (Name): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ENDEREÇO (Address): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

RECEBEMOS: \_\_\_\_\_  
We have received: \_\_\_\_\_

FALTA-NOS: \_\_\_\_\_  
We are lacking: \_\_\_\_\_

ENVIAMOS EM PERMUTA: \_\_\_\_\_  
We are sending in exchange: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_  
Date: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA  
SUSPENSÃO DA REMESSA**  
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further  
publications are not wanted.